



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 039/2021

**Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.**

Ao cumprimentá-los cordialmente, na oportunidade, vimos encaminhar para a apreciação dessa Colenda Câmara de Vereadores o Projeto de Lei em anexo, o qual ***“DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PARA FINS DE AJUSTE AOS PROGRAMAS ESTADUAIS DA SAÚDE DE 2014 A 2018 EXECUTADOS PELO MUNICÍPIO E NÃO EMPENHADOS PELO ESTADO, COM VISTAS A VIABILIZAR A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE CONSOLIDAÇÃO DE DÍVIDA PARA PRONTO PAGAMENTO”***.

Referenciando a ementa do projeto em questão, vez que autoexplicativa, cabe esclarecer, em breve síntese, que essa providencia é postulada ao legislativo em decorrência que o Estado do Rio Grande do Sul, através da sua Secretaria de Saúde, ora propõe ao Município o pagamento de dívida relativa a diversos programas estaduais de saúde, como SAMU, ESF, UPA, CAPS, PIM, PRISIONAL e FARMÁCIA BÁSICA, que foram executados pelo Município entre os anos de 2014 a 2018, os quais sequer foram empenhados na época pelo Estado, restando ao Município um crédito nominal impago de R\$ 716.314,94.

E para que se efetive de pronto esse pagamento o Estado propõe que o Município firme um Termo de Consolidação de Dívida, no qual reconhece esse crédito, contudo abdicando dos juros e correção monetária, conforme informado pela Secretaria Estadual de Saúde, assinando, inicialmente o prazo de 26/novembro, posteriormente prorrogado para 30/novembro para a formalização desse ajuste. Segue em anexo o Ofício Gab. SES nº 893/2021 e a Minuta do Termo de Consolidação de Dívida.

É visível a vantajosidade dessa medida para o Município, estando presente o interesse público no ajuste proposto, notadamente em razão de que se trata de um crédito de exercícios passados e que não mereceu o devido empenho nos respectivos exercícios, tendo o Município despendido recursos próprio para a execução dos aludidos programas estaduais, porquanto, trata-se de crédito de difícil recuperação o que vem justificar as condições propostas para o seu recebimento.

Posto isso, acreditando estar esclarecida a matéria, encarecemos a Vossas Excelências a aprovação deste Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 26 de novembro de 2021.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI Nº 039/2021

Dispõe sobre a remissão de juros e correção monetária para fins de ajuste referente aos programas estaduais da saúde de 2014 a 2018 executados pelo Município e não empenhados pelo Estado, com vistas a viabilizar a celebração de Termo de Consolidação de Dívida para pronto pagamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a dispensar até cem por cento (100%) dos juros e da correção monetária em ajuste referente aos programas estaduais da saúde de 2014 a 2018 executados pelo Município e não empenhados pelo Estado do Rio Grande do Sul nos respectivos exercícios financeiros, com vistas a viabilizar a celebração de Termo de Consolidação de Dívida para pronto pagamento.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a desistir de eventual demanda judicial em curso, com renúncia expressa do direito sobre o qual se funda a ação, assumindo o ônus relativo às custas, despesas e honorários advocatícios.

Art. 3º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, DE DE

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º ÀS FLS.
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
EM: / /

CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,
Secretário de Administração.